



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2023**

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL NA MODALIDADE PREMIAÇÃO COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)**

**EDITAL PRÊMIO DE FOMENTO À AÇÕES CULTURAIS DE AUDIOVISUAL – 2023**  
IRSON MILANI, Prefeito Municipal de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber para conhecimento dos interessados o estabelecimento e divulgação das normas para o **Edital 004/2023 – PRÊMIO LEI PAULO GUSTAVO DE INCENTIVO À AÇÕES CULTURAIS DE AUDIOVISUAL - 2023**, conforme decreto 11.453, de 23 de março de 2023, e lei complementar 195 de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo decreto 11.525/2023.

Licitação na modalidade **CONCURSO**, com respeito ao princípios da transparência, isonomia, legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, gratuidade no acesso à inscrição, destinando-se a premiar produtor individual, microempresa e/ou pequena empresa que tenha estimulado o desenvolvimento e produzido na área do audiovisual no município de Entre Rios do Sul, com notória inserção comunitária e valor simbólico e que teve suas atividades interrompidas durante a pandemia.

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Entre Rios do Sul.

Deste modo, a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

## 1. DO OBJETO

1.1. O **EDITAL PRÊMIO LEI PAULO GUSTAVO DE INCENTIVO E FOMENTO À AÇÕES CULTURAIS DE EXECUÇÃO NA ÁREA DO AUDIOVISUAL – 2023** tem por objeto destacar a produção de audiovisual existente no âmbito do território do Município de Entre Rios do Sul, e premiar no ano de 2023 esse setor cultural. Nesse sentido, o **EDITAL PRÊMIO LPG DE 2023 À AÇÕES CULTURAIS DE AUDIOVISUAL** - apresenta-se como uma ação de promoção e democratização do acesso aos recursos para o fomento de bens e serviços artísticos e culturais e surge como estratégia para a valorização e visibilidade da produção do audiovisual aqui representadas por meio das definições descritas neste edital, devendo o premiado apresentar proposta de ação que contemple formas de inclusão.

1.2. O prêmio objeto deste edital refere-se ao disposto no Artigo 6º. Alínea I da Lei Complementar Nº 195, de 08 de julho de 2022 e sua regulamentação pelo Decreto Nº 11.525, de 11 de maio de 2023, em seu Capítulo II, Art.3º, ítem I seus parágrafos e alíneas, que tratam dos recursos destinados ao audiovisual.

1.3. O objeto deste Edital é a seleção de produtor individual/empresa para receber apoio financeiro na categoria descritas no item 6 deste edital, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de manter e incentivar a produção do audiovisual no Município de Entre Rios do Sul.

## 2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 25.333,37 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), dos quais serão descontados 5%, conforme a Regulamentação da Lei Paulo Gustavo

2.2 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05- SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

08 - SETOR DE CULTURA

13.392.0011.2098 MANUT. ATIVIDADES CULTURAIS LEI PAULO GUSTAVO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



2.3. Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

### 3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1. Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atue na área da educação, cultura, cinema, audiovisual, documentário histórico e que esteja estabelecido e realize ações no território do Município de Entre Rios do Sul.

3.2. Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, comunidades rurais, etc);

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3. O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

3.4. Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no **ANEXO 3**.

3.5. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

### 4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1. Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

4.2. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

## 5. DAS ETAPAS DO CONCURSO

- a) Inscrição;
- b) Habilitação: de caráter eliminatório;
- c) Seleção: de caráter meritório, classificatório e eliminatório - para os candidatos habilitados na fase anterior;
- d) Pactuação com o Município através da aceitação expressa do Termo de Referência sob orientação da Diretoria de Cultura;
- e) Contratação/Termo de Execução Cultural;
- f) Execução;
- g) Prestação de contas ao Município;
- h) Prestação de contas ao Ministério da Cultura, a ser realizado pelo ente público.

## 6. DA ÁREA ARTÍSTICA A SER CONTEMPLADA

6.1. A área artística a ser contemplada foi definida pelo coletivo do Conselho Municipal de Cultura, conforme a LPG, com premiação para apoio ao desenvolvimento de roteiro de documentário de até 70 minutos. A iniciativa visa incentivar a criação de projeto sólido, com narrativas bem estruturadas e conteúdo relevante, cujo detalhamento está apontado no Termo de Referência (ANEXO 4) deste edital.

6.2. É parte integrante desse edital o Termo de Referência específico, que deverá ser cientificado e cumprido sob pena de o premiado incorrer nas sanções previstas no presente documento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## 7. PÚBLICO - ALVO

a) Este edital se destina a produtor de audiovisual – pessoa física ou jurídica, de reconhecida atuação e inserção comunitária comprovada no território do Município de Entre Rios do Sul e cujas produções e atividades deverão ser descritas e apresentadas no portfólio anexo a esse edital, no momento da inscrição.

b) O proponente poderá inscrever uma proposta que não incida nas vedações deste edital, em uma das opções abaixo:

### 7.1. PESSOA FÍSICA:

- a) Proponente titular de coletivos formalizados;
- b) Titular de coletivos culturais não formalizados: neste caso, deve apresentar declaração de anuência contendo a assinatura, dados e cópia simples do documento de identidade com foto de todos os participantes do coletivo, dando poderes ao proponente para representá-los, conforme Anexo 3, parte integrante do presente edital.

### 7.2. PESSOA JURÍDICA:

- a) Grupo Formalizado: legalmente constituído sob CNPJ, não podendo ser inscrito como MEI;
- b) Empresa de Produção Cultural: para propostas autorais ou propostas de terceiros. Nesse último caso, a empresa deverá apresentar uma procuração com firma reconhecida assinada por todos os autores da proposta dando poderes especiais para cada ato a ser realizado.

## 8. DAS VEDAÇÕES

É vedada a participação de candidatos ao prêmio:

- a) Cônjuges, parentes consanguíneos ou afins em linha reta ou na colateral até o terceiro grau de algum dos integrantes da Comissão de Habilitação;
- b) Servidores da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul;
- c) Produtores que não tenham produções realizadas no âmbito do território do Município de Entre Rios do Sul.

## 9. DA ACESSIBILIDADE

9.1. Os projetos a serem desenvolvidos como contrapartida, devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



9.2. No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

9.3. No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

9.4. No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.5. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

9.6. Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

9.7. Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

9.8. Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

9.9. Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

9.10. Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

9.11. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.12. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

9.13. For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

9.14. Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.15. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



9.16. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

9.17. Com a finalidade de efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida, as propostas através dos Termos de Referência deverão obrigatoriamente ser acessíveis, com serviços e medidas que garantam o acesso, a utilização e compreensão por qualquer pessoa, independentemente de sua condição física, comunicacional e intelectual. O critério da acessibilidade é parte integrante dos aspectos norteadores de pontuação dos candidatos a este edital, sendo essencial para contabilização de pontos na sua avaliação, observando o artigo 14, seus parágrafos e alíneas e artigo 15 do Decreto 11.525 de 11 de maio de 2023.

## 10. DA PREMIAÇÃO

10.1. Os recursos necessários ao pagamento da premiação são oriundos do orçamento vigente através da transferência de valores já definidos pelo Ministério da Cultura - Governo Federal – Lei Paulo Gustavo, Artigo 8º, descontados valores de até 5%, conforme Artº 17 da Regulamentação da referida Lei, destinados à operacionalização. **Valor do Edital: R\$ 25.333,37 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), e serão distribuídos após parecer de Comissão Parecerista, levando-se em conta os critérios de avaliação constantes neste edital, e a não obtenção da nota mínima acarretará a não premiação.**

10.2. O pagamento do prêmio será efetuado de acordo com a categoria de premiação indicada na LPG e efetuado em uma parcela.

10.3. Os valores acima são brutos e estarão sujeitos à retenção do imposto de renda para propostas inscritas por pessoa física, de acordo com as alíquotas da receita federal previstas na legislação vigente. os prêmios pagos a pessoas jurídicas não estão isentos de tributação, embora não sofram retenção na fonte pagadora.

10.4. O prêmio será pago exclusivamente mediante ordem bancária de pagamento (apenas para premiados como Pessoa Física) ou em conta corrente de qualquer banco, conforme indicação do premiado, não sendo aceitas conta poupança ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, Auxílio Emergencial, dentre outras. Também não serão aceitas contas conjuntas ou de terceiros. Para proponentes inscritos como Pessoa Jurídica, só será aceita a conta bancária corrente vinculada ao CNPJ da empresa. A premiação concedida não pode ser transferida a terceiro e nem depositada em conta bancária diferente da do proponente premiado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## 11. DA INSCRIÇÃO

a) As inscrições serão realizadas no período de **24 de outubro de 2023 até 13 de novembro de 2023, junto à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto em horário de expediente.**

b) Para a inscrição o candidato deverá **PREENCHER TODOS OS CAMPOS DOS ANEXOS DO EDITAL E APRESENTAR CÓPIAS DOS DEMAIS DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.** Todos os arquivos que serão anexados deverão estar em

### 11.1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIO PARA INSCRIÇÃO:

a) **ATIVIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL (ANEXO 1)** – Descrição das ações e atividades do concorrente, com breve histórico, atividades e ações públicas já realizadas no período anterior e pós-pandemia, perspectivas para o ano posterior à premiação.

b) **PORTFÓLIO ARTÍSTICO (ANEXO 2)** - Apresentado para fins de relato e comprovação das principais atividades da trajetória cultural do candidato ou coletivo.

c) Termo de referência para a contrapartida devidamente assinado **(ANEXO 4)**.

d) Cópia simples do comprovante de endereço.

e) Documento de identidade com foto do proponente representante do grupo ou do coletivo ou do titular da empresa produtora (frente e verso da cópia simples digitalizada e perfeitamente legível).

11.1.1. DOCUMENTO OBRIGATÓRIO SOMENTE PARA PROPOSTAS INSCRITAS POR MEI - CERTIFICADO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL COM SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA e com indicação expressa das atividades artísticas e culturais, que devem ser compatíveis com o objeto deste edital; (cópia simples)

11.1.2. DOCUMENTO OBRIGATÓRIO SOMENTE PARA PROPOSTAS INSCRITAS POR PESSOA JURÍDICA - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA DA EMPRESA com indicação expressa das atividades artísticas e culturais, que devem ser compatíveis com a proposta apresentada (cópia simples).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



11.1.3. DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (**ANEXO 3**) - contendo a assinatura, dados e cópia simples de documento de identidade com foto, perfeitamente legível.

11.2. A inscrição do candidato implica na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não pode alegar desconhecimento. A candidatura que não apresentar, nas formas e prazos definidos neste Edital será automaticamente inabilitada. A íntegra deste Edital está disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal

11.3. A inscrição e todos anexos indicados, deverão ser entregues em envelope fechado, com identificação do candidato, ao qual será entregue recibo.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação dos candidatos será feita por Comissão composta por dois funcionários da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e um representante da Secretaria Municipal da Administração que serão designados por ofício da Secretária concomitante à publicação deste Edital.

12.2. A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto publicará no mural do Município o resultado final das habilitações, indicando as alíneas da Lei a que concorre(m) o(s) candidato(s) fazendo constar na publicação os nomes dos habilitados por ordem alfabética.

## 13. DA SELEÇÃO

13.1. Ao Conselho Municipal de Cultura cabe a aprovação da Comissão Parecerista constituída por jurados externos à municipalidade, de notório saber e de reconhecida atuação na área artística, cuja lista será assentada em ata, concomitante à publicação do resultado da etapa final da habilitação. A Comissão de Seleção será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura, este sem direito a voto ou por pessoa designada para tal função, que também não terá direito a voto.

13.2. É vedada a participação na Comissão de Seleção de membros que:

- a) Tenham interesse direto nas inscrições que estiverem em processo de seleção;
- b) Tenham participado ou colaborado na elaboração desse edital ou que tenham ligação direta ou indireta com as propostas que estiverem em processo de seleção;
- c) Tenham parentesco com candidatos inscritos;
- d) Estejam litigando judicial ou administrativamente com candidatos ou com os respectivos esposos (as) ou companheiros (as)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Observação: O membro convidado que tiver qualquer dos impedimentos descritos acima deverá comunicar o fato à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, desistindo voluntariamente de atuar, sob pena de anulação dos atos que praticar.

13.3. Caberá à Comissão de Pareceristas avaliar os concorrentes, atribuindo nota de 0 a 100 (zero a cem) pontos, de acordo com os critérios de julgamento e pontuação abaixo. A pontuação de cada concorrente não terá valor para concessão do auxílio menor ou maior, uma vez que a avaliação é de comprovação de mérito, pertinência, relevância e histórico de realizações de audiovisual na comunidade de Entre Rios do Sul e no seu segmento de atuação, sob os seguintes critérios:

**a) CRITÉRIO 1** – Grau da relevância e criatividade artísticas, culturais e/ou de preservação do patrimônio imaterial, e a eficiência, vigor e dinamismo da forma comunitária de ação e atuação do candidato. (0 a 20 pontos);

**b) CRITÉRIO 2** – Trajetória artística e/ou de preservação histórica e patrimonial no Município de Entre Rios do Sul. (0 a 20 pontos)

**c) CRITÉRIO 3** - Capacidade de difusão e democratização ao acesso à produção artística e cultural) - Possibilita o acesso à produção artística e cultural pelas diferentes formas de veiculação nos meios de comunicação: rádio, TV, mídia impressa, *Internet* etc. (0 a 20 pontos)

**d) CRITÉRIO 4** – Relevância das ações e atuações para o cenário cultural do Município de Entre Rios do Sul. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se as produções audiovisuais contribuem para o enriquecimento e valorização do segmento do audiovisual de Entre Rios do Sul. (0 a 20 pontos)

**e) CRITÉRIO 5** - Aspectos de integração comunitária nas produções realizadas. Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o candidato apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos, mulheres e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social(0 a 20 pontos)

13.4. Será desclassificada a candidatura que:

- a) Não obter a nota final mínima de 50 (oitenta) pontos;
- b) Não atender, na avaliação dos pareceristas, ao objeto do edital.

Observação: A Comissão de Pareceristas também deverá escolher 1 (um) candidato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



para fazer parte de Cadastro Reserva, cujos nomes e respectivas notas serão publicados no resultado inicial da seleção. Caso algum candidato selecionado não consiga atender à convocatória para entrega de documentação complementar para contratação, o candidato do cadastro reserva com a nota imediatamente abaixo do candidato selecionado será convocado.

13.5. O resultado inicial da etapa de Seleção será registrado em ata do Conselho Municipal de Cultura e fazendo constar da publicação:

- a) Nome do candidato selecionado;
- b) Nome do candidato do cadastro reserva.

13.6. Os candidatos cujos nomes não constem na lista inicial da seleção são considerados não selecionados e podem recorrer desse resultado no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação deste, por meio do formulário específico (**ANEXO 5**) mediante recurso fundamentado que deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto até as 16:30hs do último dia do prazo para recurso. Após analisados os recursos, será publicado no mural da Prefeitura a homologação do resultado da etapa final do concurso, à qual não cabe pedido de reconsideração.

13.7. O resultado final da seleção será homologado e publicado no mural da Prefeitura contendo:

- a) Nome do premiado e título da proposta;
- b) Nome e título da proposta do candidato do cadastro reserva.

## 14. CONTRAPARTIDA

14.1. O agente cultural contemplado neste edital deverá garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I - a previsão de elaboração de roteiro que contemple atores locais, como alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias.

II - exposições com interação popular de produções já realizadas, por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

14.2 A contrapartida deverá ser cumprida conforme o Termo de Referência até 30 de maio de 2024, e entregue à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## 15. DA CONTRATAÇÃO DA PROPOSTA PREMIADA

15.1. A convocatória para apresentação da documentação complementar para a contratação será publicada no mural da Prefeitura juntamente com o resultado final da seleção, e os candidatos selecionados deverão entregar a documentação até as 16h30min do último dia do prazo estabelecido. OS CANDIDATOS DO CADASTRO RESERVA DEVERÃO ATENDER A CONVOCATÓRIA E APRESENTAR A MESMA DOCUMENTAÇÃO NO MESMO PRAZO ESTABELECIDO PARA OS CANDIDATOS SELECIONADOS. A candidatura selecionada e convocada que não apresentar os documentos previstos no subitem 11.1.3. e na forma e prazos ali previstos, perderá a expectativa de direito de contratação e à premiação e será convocado o candidato do cadastro reserva com nota imediatamente abaixo da sua.

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO (TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS) EMITIDA EM NOME DO PROPONENTE PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA);**

b) **CERTIDÃO NEGATIVA DA RECEITA FEDERAL EMITIDA EM NOME DO PROPONENTE PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA;**

c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS DA EMPRESA PROPONENTE;**

d) **CÓPIA SIMPLES DO CARTÃO DO BANCO OU COMPROVANTE BANCÁRIO** (caso a opção para recebimento do prêmio for depósito em conta bancária) deverá constar claramente os dados da conta (banco, agência e conta corrente). Não serão aceitas contas-poupança ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, Auxílio Emergencial, dentre outras. Também não serão aceitas contas conjuntas ou de terceiros. A OPÇÃO POR ORDEM BANCÁRIA PARA RECEBIMENTO DA PREMIAÇÃO É PERMITIDA APENAS PARA OS PREMIADOS INSCRITOS COMO PESSOA FÍSICA. Para proponentes inscritos como Pessoa Jurídica, só será aceita a conta bancária corrente vinculada ao CNPJ da empresa;

e) **AUTODECLARAÇÃO DO CANDIDATO – (ANEXO 6)** Atestando a veracidade de todas as informações prestadas na inscrição, COM ASSINATURA DO PROPONENTE.

f) **DECLARAÇÃO DE TERCEIRO PARA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ANEXO 6) E CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO DECLARANTE-** com assinatura digitalizada atestando que o candidato reside no endereço descrito no comprovante de residência apresentado na inscrição;

g) **CÓPIA SIMPLES DO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PIS/PASEP OU NIT –** somente para inscritos como Pessoa Física.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



15.2. As certidões negativas de dívida (tributária e não tributária) podem ser substituídas por certidões positivas com efeito de negativas ou documento formalmente expedido pela Secretaria de Finanças do ente federativo, informando que não há qualquer cadastro do candidato naquele órgão. A não exigência de certidão negativa de débitos junto ao Município se apoia no art. 32, parágrafo 1º da Lei 8.666/93. O prazo previsto no edital para a apresentação de documentos já inclui o tempo de seu requerimento no protocolo das entidades competentes e o prazo legal para sua expedição, devendo o candidato zelar pelo cumprimento do prazo da forma mais célere possível.

15.3. A Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, convocará o candidato para assinar o termo do contrato e o Termo de Referência. Esta assinatura deve ocorrer no prazo máximo e improrrogável de até cinco dias, após a publicação, sob pena de perda ao direito de contratar em razão deste concurso. O candidato premiado deverá assinar o contrato até o último dia do prazo estabelecido na convocatória.

15.4. Considerado como parte integrante do presente concurso público e seguindo as regras deste edital naquilo que não for incompatível com o termo assinado, o contrato decorrente da premiação tem o valor bruto, incluídos no respectivo valor todos os custos de execução da contrapartida indicada no Termo de Referência.

15.5. Nos termos da alínea “b”, inciso I do artigo 73 e do artigo 111, ambos da lei 8666/93, o pagamento do prêmio é subordinado à apresentação efetiva e aceitação definitiva do resultado proposto.

15.6. O recebimento dos valores da premiação ou a assinatura dos contratos oriundos do presente concurso por intermédio de procurador só poderá ser feito quando comprovado o vínculo de mandato através de procuração com firma reconhecida e com poderes especiais para cada ato a ser realizado.

## 16. DOS DIREITOS AUTORAIS

16.1. Todos os direitos patrimoniais (artigos 28 a 45 da lei 9610/1998) relativos à contrapartida, proposta e execução de roteiro e seus respectivos produtos (obras intelectuais concretizadas) ficam cedidos à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, por prazo indeterminado após a sua finalização.

16.2. A cessão de direitos patrimoniais não implica em quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, financeiros ou de outra espécie, além daqueles previstos neste edital e no contrato assinado entre as partes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



16.3. Será conferida autorização expressa para comunicação ao público (artigo 68 e seguintes da lei 9610/1998) e para utilização (artigo 29 e seguintes da lei 8610/1998) da obra intelectual/produto resultante deste concurso ou seus derivados, tudo de modo irrevogável, irretroatável, gratuito e sem limitação temporal.

16.4. As faculdades perenes conferidas ao Município de Entre Rios do Sul, na utilização da proposta premiada se refere a qualquer modalidade de uso existente ou que venha a ser inventada, em especial: reprodução, divulgação, fotografia, filmagem, gravação de áudios e todas as demais formas de replicação ou divulgação da obra.

16.5. Mesmo após o encerramento do prazo de execução previsto, todos os usos públicos da obra/propostas artísticas resultante deste concurso e seus derivados, quando feitos por seu(s) autor(es) ou outro titular de direitos patrimoniais, devem incluir o logotipo oficial de identificação visual do Governo Federal – Ministério da Cultura, Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul e da Lei Paulo Gustavo, mencionando o nome da premiação e o número do edital do presente concurso.

16.6. Quando for impossível a inserção dos logotipos acima previstos, deve ser adotada, no mínimo, a providência de menção ao nome da premiação e o número do edital do presente concurso.

16.7. O ônus ocasionado com a participação neste concurso é de exclusiva responsabilidade do candidato.

## 17. DO CRONOGRAMA

a) Inscrição – **24 de outubro de 2023 a 13 de novembro de 2023**

b) Resultado inicial da etapa da habilitação – 16 de novembro de 2023;

c) Apresentação de recurso da etapa de habilitação após publicação no mural da Prefeitura- 17 e 20 de novembro de 2023;

d) Resultado final da etapa habilitação e homologação: 21 e 22 de novembro de 2023;

e) Apresentação de recurso da etapa de seleção: 23 e 24 de novembro de 2023;

f) Homologação do resultado final da seleção e publicação da convocatória para entrega de documentação do premiado – 27 de novembro de 2023;

g) Convocatória para assinatura do contrato – 28 de novembro de 2023;

h) Execução do Termo de Referência – Até 30 de maio de 2024;

i) Entrega de relatórios de execução/prestação de contas: Até 30 de maio de 2024.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## 18. DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS

Após a apresentação do projeto finalizado o premiado deverá enviar para o e-mail [educacao@entrieriosdosul.rs.gov.br](mailto:educacao@entrieriosdosul.rs.gov.br) um relatório de execução relativo ao cumprimento de todas as etapas do projeto aprovado.

## 19. DOS ANEXOS

Integram este Edital:

- a. ANEXO 1 – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ARTÍSTICA
- b. ANEXO 2 – PORTFÓLIO ARTÍSTICO;
- c. ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO COLETIVO CULTURAL;
- d. ANEXO 4 – TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRAPARTIDA
- e. ANEXO 5 – FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO
- f. ANEXO 6 – AUTODECLARAÇÃO DO CANDIDATO (SOMENTE PARA O PREMIADO);
- g. ANEXO 7 – MINUTA DO CONTRATO (SOMENTE PARA O PREMIADO).
- h. ANEXO 8 – RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- i. ANEXO 9 – AUTORIZAÇÃO EXPRESSA PARA COMUNICAÇÃO AO PÚBLICO

## 20. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

20.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

20.2. O material de divulgação do projeto e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

20.3 O material de divulgação do projeto deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## 21. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

21.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação do projeto cultural contemplado, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

21.2. O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo 8. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até **30 DE MAIO DE 2024**.

21.3. O Município de Entre Rios do Sul poderá realizar observação “in loco” na modalidade acompanhamento da elaboração do roteiro, quando da realização das ações propostas pelo premiado e assentar em Ata do Conselho Municipal de Cultura.

## 22. COTAS

22.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

- a) no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
- b) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

22.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

22.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

22.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



22.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

22.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 22.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

22.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo 7.

22.8. Para fins de verificação da autodeclaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares: ITEM OPTATIVO. O ENTE PODE INSERIR EVENTUAIS PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE VERIFICAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO, A SABER:

I - procedimento de heteroidentificação;

II - solicitação de carta consubstanciada;

III - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras (pretas e pardas).

22.9. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;

II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;

III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e

IV – outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



22.10. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

### 23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade do proponente. Para tanto, deverá ficar atento às publicações no mural da prefeitura.

23.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal.

23.3. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail: [educacao@entrieriosdosul.rs.gov.br](mailto:educacao@entrieriosdosul.rs.gov.br) e telefone 54 3613-4158.

23.4. Os casos omissos porventura existentes e questões que poderão advir serão dirimidas pela Assessoria Jurídica do Município de Entre Rios do Sul.

23.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do proponente.

23.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Entre Rios do Sul de qualquer responsabilidade civil ou penal.

23.7. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

23.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



23.9. A inexecução total ou parcial do contrato, além da possibilidade de rescisão contratual pela Administração Pública, nos termos dos artigos 86 e 87 da lei 8666/93, sujeita o contratado às seguintes penalidades independentes e cumulativas:

- a) Quando a inexecução disser respeito a atraso na execução do contrato: **MULTA DE MORA** no valor de 2% a 15% do valor total do prêmio, cuja gradação se dará nos termos do contrato (ANEXO 7);
- b) **MULTA PUNITIVA** no valor de 30% do valor total do prêmio previsto no subitem 10.2 do ANEXO 7;
- c) Quando a inexecução motivar a rescisão do contrato: além das multas acima citadas, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em editais e impedimento de receber qualquer apoio do Município pelo prazo de dois anos.

**Observação:** O Contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei 8666/93. A rescisão motivada por ato imputável ao contratado em sua graduação máxima, implica também no ressarcimento à Administração do valor já recebido, devidamente corrigido.

23.10. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativas à classificação ou nota do candidato, valendo, para tal fim, os resultados publicados.

23.11. O candidato deve manter atualizado o seu endereço e outros dados cadastrais junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto até o pagamento final do prêmio.

23.12. Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, esse será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

23.13. Eventual impugnação ao edital deverá observar os prazos e formas previstos na lei 8666/93 e ser feita 3 enviada ao e-mail do edital com expressa indicação do número de edital a que diz respeito, sob pena de não conhecimento.

23.14. A competência para julgamento dos recursos relativos a este concurso será da Comissão Parecerista. Recursos apresentados em desacordo com o estabelecido pelo edital não serão conhecidos.

23.15. É de competência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Assessoria Jurídica Municipal a modificação e interpretação do presente Edital, cabendo-lhe dirimir eventuais dúvidas no processo de realização do concurso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



23.16. Em qualquer fase da licitação é facultada à autoridade competente a promoção, de ofício, de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a possibilidade de admissão da inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.17. Fica eleito o foro da Comarca de São Valentim para dirimir eventuais questões relativas ao presente edital.

23.18. A premiação não inviabiliza que o(a) contemplado(a) obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada, utilizando ou não as leis de incentivo à cultura vigentes no país, podendo, em contrapartida, oferecer os créditos somente de apoio cultural.

23.19. O(a) proponente premiado(a) assume exclusiva e irrestrita responsabilidade por quaisquer reivindicações relacionadas à sua apresentação artística fundamentadas em possíveis violações de direito de imagem, de voz, direito de propriedade intelectual e conexos, plágio ou qualquer violação de direitos de terceiros, respondendo judicialmente por qualquer dano e/ou prejuízo em decorrência dessas ações, inclusive pela omissão de informações. Por autoria do projeto, se entende a titularidade dos direitos relativos ao projeto, incluindo a obtenção das eventuais autorizações e cessões de direitos de terceiros. Os documentos e declarações encaminhados são de exclusiva responsabilidade do proponente, não acarretando qualquer responsabilidade civil ou criminal à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, especialmente quanto aos direitos autorais e encargos trabalhistas. Caso seja detectada alguma falsidade nas informações e/ou documentos apresentados, o projeto será desclassificado imediatamente, sem direito a recurso.

23.20. É terminantemente proibida a inscrição de proposta de roteiro cujo teor contenham cunho racista, xenófobo, sexista ou qualquer forma de preconceito ou que estimulem a violência.

23.21. Eventuais informações podem ser obtidas junto à Diretoria de Cultura que dará todas orientações que forem solicitadas, para garantir um adequado suporte aos proponentes, com dúvidas cujas respostas não estejam contempladas no edital e seus anexos.

Entre Rios do Sul/RS, 16 de outubro de 2023.

**IRSON MILANI**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXOS DO EDITAL**

**ANEXO 1 – PROPOSTA ARTÍSTICA E CULTURAL:**

<b>NOME DO CANDIDATO</b>	
<b>TÍTULO DA ATIVIDADE</b>	
<b>ÁREA ARTÍSTICA</b>	
<b>RESUMO DA ATIVIDADE:</b> Sintetizar de maneira clara e objetiva as informações gerais de sua atividade	
<b>JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE:</b> Argumente de forma lógica e clara porque a sua ação/atividade deverá ser premiada inserindo informações acerca de sua relevância levando em consideração o objeto, a área artística escolhida e os critérios de seleção deste edital.	
<b>DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE:</b> Exponha com clareza quais resultados as ações do grupo já obtiveram nos últimos dois anos.	
<b>ACESSIBILIDADE</b> – Relacione aqui quais medidas já são adotadas	
<b>LOCAL (IS) DE APRESENTAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b> – Se julgar importante, anexe arquivos e outras informações que exemplificam melhor o conteúdo da atividade.	
<b>SINOPSE</b> – Preenchimento obrigatório somente para projetos inscritos na área do audiovisual	
<b>EQUIPE TÉCNICA</b> – Descreva os nomes e funções dos integrantes da equipe técnica da atividade. (só para audiovisual)	
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b> – Descreva as etapas da atividade correspondentes a	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



execução da contrapartida através do termo de referência.	
---	--

Entre Rios do Sul, _____ de _____ de _____ .  _____
---



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 2 – PORTFÓLIO ARTÍSTICO**

**A FORMATAÇÃO DO PORTFÓLIO É LIVRE, PORÉM DEVE CONTER AS  
INFORMAÇÕES DESCRITAS ABAIXO:**

A. TÍTULO DA ATIVIDADE ARTÍSTICA

B. NOME COMPLETO DO GRUPO PROPONENTE

C. APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DO CANDIDATO

**O CANDIDATO DEVERÁ COMPROVAR DE FORMA INEQUÍVOCA AS  
PRODUÇÕES JÁ REALIZADAS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO COLETIVO CULTURAL**

<b>NOME DO COLETIVO CULTURAL:</b>	
<b>ATIVIDADE ARTÍSTICA DO COLETIVO:</b>	
<b>RG DO TITULAR:</b>	
<b>CPF DO TITULAR:</b>	
<b>ENDEREÇO TITULAR:</b>	
<b>E-MAIL DO TITULAR:</b>	
<b>TELEFONE DO TITULAR:</b>	

Nós, integrantes do (Coletivo/Diretoria/Produtora) Concordamos que a pessoa indicada no campo “**TITULAR**” nos represente no concurso regulado pelo **EDITAL PRÊMIO LPG DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA – 2023**, sendo por nós indicado como o único responsável em cumprir todos os procedimentos exigidos nas diferentes etapas do concurso, inclusive assinatura dos contratos com a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, comunicações e qualquer outro ato relacionado ao referido certame, incluindo o recebimento da premiação. Declaramos a completa adequação de todos os membros do coletivo aos termos do Edital, havendo ciência que o seu descumprimento importará na desclassificação da proposta.

<b>Nº</b>	<b>NOME DO INTEGRANTE</b>	<b>DOC. DE IDENTIDADE DOS INTEGRANTES DO COLETIVO CULTURAL</b>	<b>ASSINATURA DOS INTEGRANTES</b>
1.			
2.			
3.			
4.			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			

**OBSERVAÇÕES:**

- ✓ Este anexo deverá ser totalmente preenchido e com a assinatura no local indicado. Não será permitida alteração em sua formatação e nas informações constantes no documento, sendo permitido apenas o preenchimento das informações solicitadas.
- ✓ **ANEXAR CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE COM FOTO DE CADA MEMBRO DO COLETIVO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## ANEXO 4 – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. RECURSOS DO EDITAL – CATEGORIA DE APOIO: AUDIOVISUAL

O presente edital possui valor total de R\$ 25.333,37 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos)

### 2. DESCRIÇÃO DA CATEGORIA

#### a) Inciso I, artº 6º da Lei Paulo Gustavo

Para este edital, refere-se à premiação para o desenvolvimento de roteiro de documentário de cunho histórico, fase 2, relatando aspectos da evolução do Município de Entre Rios do Sul, desde o período anterior à colonização/ocupação do território até o presente, com a utilização de recursos multimídia, conforme o Termo de Referência indica. Ao descrito no referido termo, o produtor poderá acrescentar outros itens na medida em que deve primar pelo ineditismo e qualidade técnica do produto final.

b) Após o desenvolvimento do texto para o documentário histórico o mesmo deverá ser submetido à avaliação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto que indicará acréscimos e/ou supressões visando a fidelidade histórica.

### 3. TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRAPARTIDA:** Roteirização de espetáculo em multimídia com luzes, sons, sombras, narração, representação, para projeção na parede, em local a ser definido pelo Município. Deverá ser apresentado o audiovisual produzido, em virtude do edital, com duração mínima de 40 minutos.

4. Todas despesas no cumprimento da contrapartida e exigidas no Termo de Referência correrão por conta do premiado.

**NOME DO PRODUTOR/PRODUTORA:** \_\_\_\_\_

**DE ACORDO:** \_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

**CPF:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 5 – FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

<b>NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A):</b>
<b>TÍTULO DA PROPOSTA ARTÍSTICA E CULTURAL:</b>
Com base nas disposições do EDITAL PRÊMIO FCP DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA – 2023, venho impugnar o resultado da fase de (HABILITAÇÃO OU SELEÇÃO) pelos motivos abaixo:  <p style="text-align: center;"><b>Termos em que peço deferimento.</b></p> <p style="text-align: center;">Entre Rios do Sul, _____ de _____ de _____</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p><b>Assinatura do proponente conforme documento de identidade apresentado na inscrição</b></p>

**OBSERVAÇÕES:**

- Este anexo deverá ser preenchido com a assinatura no local indicado. Não será permitida alteração em sua formatação e nas informações constantes no documento, sendo permitido apenas o preenchimento com as informações solicitadas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 6 – AUTODECLARAÇÃO DO CANDIDATO (SOMENTE PARA  
PREMIADOS)**

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF  
nº \_\_\_\_\_, domiciliado no endereço  
\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_,  
proponente da atividade \_\_\_\_\_ inscrita no EDITAL PRÊMIO  
LPG DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA – 2023, venho declarar que:

- I. Todos os participantes envolvidos na proposta cedem os direitos de uso de imagem e voz relacionados à obra.
- II. Recebi autorização para utilizar obra de autoria de terceiro(s), pela qual assumo total responsabilidade moral e/ou material de possível impugnação da obra (se for o caso).
- III. Não sou servidor da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul.
- IV. Autorizo a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul para a utilização de som e imagem, bem como cedo o direito de utilização de ambos para mídia impressa ou eletrônica e internet por tempo determinado conforme vigência estabelecida em contrato.
- V. Os membros do grupo que represento estão cientes e concordam com a inscrição do projeto (se for o caso).
- VI. O representante legal da comunidade ou do povo tradicional conhece o conteúdo da proposta e consente que seja desenvolvida em sua comunidade (se for o caso).
- VII. Responsabilizo-me a apresentar, caso necessário, a identificação das obras utilizadas neste projeto no prazo estipulado, e estou ciente e de acordo que, caso utilize obras que não sejam de domínio público, os encargos do ECAD e/ou SBAT, serão de minha única e exclusiva responsabilidade, me comprometendo a regularizá-los e comprová-los através dos documentos competentes.
- VIII. Sou responsável por todas as despesas e custos gerados na execução da atividade.

Atesto a veracidade de todas as informações prestadas nesta inscrição e responsabilizo-me por esta auto declaração. A qualquer tempo a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul poderá solicitar documentação para efeito de comprovação das informações prestadas nos âmbitos cível, criminal e administrativo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Entre Rios do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**ASSINATURA DO PROPONENTE**

**CPF/CNPJ**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 7 - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO A SER FIRMADO COM O  
PREMIADO.**

**EDITAL Nº 004/2022 - SELEÇÃO  
PÚBLICA PRÊMIO LPG DE  
INCENTIVO À ARTE E À CULTURA –  
2023.**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2023**

CONTRATO DE CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO DA **SELEÇÃO PÚBLICA EDITAL  
PRÊMIO LPG DE INCENTIVO ÀS ARTES E À CULTURA - 2023**, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO SUL E**  
«**PROPONENTE**», COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

O **MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 92.453.927/0001-03, com sede à Avenida Danilo Arlindo Lorenzi, 585, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Irsen Milani, de um lado e, de outro, o grupo contemplado com o prêmio decorrente do **SELEÇÃO PÚBLICA EDITAL PRÊMIO LPG DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - 2023**, doravante denominado simplesmente **PREMIADO** têm, entre si, justo e acordado o presente contrato de concessão de premiação, os quais celebram conforme as cláusulas abaixo arroladas, referente ao resultado homologado pela Portaria nº.....e aplicáveis em consonância com a legislação que regulamenta esse ato **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ARTISTA E PROPOSTAS ARTÍSTICAS CONTRATADO/PREMIADO.**

<b>DADOS SOLICITADOS</b>	<b>INFORMAÇÕES DO GRUPO</b>
<b>NOME COMPLETO DO PROPONENTE PREMIADO</b>	
<b>CPF OU CNPJ DO PROPONENTE</b>	
<b>ENDEREÇO PARA CONTATO</b>	
<b>E-MAIL DO CONTRATADO</b>	
<b>CATEGORIA DE PREMIAÇÃO</b>	
<b>ÁREA ARTÍSTICA E CULTURAL</b>	
<b>TÍTULO DA PROPOSTA PREMIADA</b>	
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>05- SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULT E DESPORT</b> <b>08 - SETOR DE CULTURA</b> <b>13.392.0011.2098      MANUT.      ATIVIDADES</b> <b>CULTURAIS LEI PAULO GUSTAVO</b>
-----------------------------	---

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato é resultante da premiação do edital especificado no preâmbulo deste instrumento, sendo o presente contrato parte integrante do edital do concurso.

2.2. A Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, por meio do presente contrato, concede aos contemplados a premiação com o direito ao recebimento do prêmio segundo valores e cláusulas contratuais definidos neste Edital.

2.3. A Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, desde que cumpridas as obrigações presentes neste contrato concede ao CONTRATADO (A) o prêmio referente à ações artísticas devidamente aprovadas segundo os critérios previstos no respectivo Edital, objetivando a valorização e visibilidade da produção, e valorização artísticas no âmbito das artes e da cultura de Entre Rios do Sul.

2.4. O (A) CONTRATADO (A) se obriga nos termos deste Contrato, a observar as regras aqui estabelecidas, bem como no Edital do concurso.

2.5. O presente contrato não caracteriza vínculo empregatício ou funcional do (a) CONTRATADO (A) com a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, constituindo-se, para todos os efeitos legais, em simples serviço de incentivo cultural ao grupo, sem qualquer relação de subordinação e exaurindo-se a relação aqui firmada.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros necessários e suficientes ao pagamento da referida premiação, constam da Lei Orçamentária Municipal, exercício de 2023, obedecendo à classificação orçamentária descrita acima

## CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste Contrato se inicia na data de sua assinatura ..... /...../2023 e perdurará até o dia 30/05/2024.

4.2. Em caso de atraso de qualquer obrigação da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul o contrato é automaticamente prorrogado pelo número de dias equivalente a esse atraso, independentemente de formalização de aditamento, sendo o respectivo prazo acrescido na etapa em que se encontrar a proposta artística.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) PREMIADO(A)

5.1. Obriga-se o (a) PREMIADO (A) a:

a) Fazer constar, sempre quando da divulgação da proposta premiada, a referência da premiação obtida pelo **EDITAL PRÊMIO LEI PAULO GUSTAVO DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - 2023**, assim como a identificação visual da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul;

b) quando da apresentação do resultado final nos termos da alínea a do item 5.1, autorizar expressamente em favor da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, a utilização da obra autoral de forma gratuita, irrevogável e irretroatável, para comunicação ao público (artigo 68 e seguintes da lei 9610/1998) e para qualquer modalidade de uso existente o que venha a ser inventada (artigo 29 e seguintes da lei 9610/1998), em especial: reprodução, impressão, publicação ou qualquer outro tipo de utilização da proposta artística, incluindo-se também a utilização de imagens do próprio cedente/grupo artístico quando da sua participação em eventos, entrevistas, depoimentos ou ações dentro do contexto do edital;

c) atender até o período de 01(um) ano após a finalização da proposta, as requisições oficiais feitas pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul para apresentação, integral ou parcial, da comprovação das ações realizadas;

d) ressarcir à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul os valores já recebidos, devidamente corrigidos, quando da rescisão do contrato motivado por ato imputável ao (a) contratado (a).

f) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) acatar e fazer cumprir as normas legais referidas neste instrumento, bem como as regras previstas neste instrumento contratual, no edital que o originou, bem como nos demais regulamentos administrativos impostos pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL

6.1. pagar a premiação consoante cronograma;

6.2. prorrogar o presente contrato pelo número de dias equivalente a eventuais atrasos no repasse dos valores previstos no cronograma de desembolso, acrescidos, em dias, na etapa de execução da proposta artística e em que se deu o atraso;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



6.3. acompanhar a execução da proposta artística premiada, reservando-se o direito de solicitar vistas ao processo de trabalho, com determinação para que o grupo se dirija à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com os resultados até então obtidos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO PERMANENTE DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS EXCLUSIVOS**

7.1 .Por força deste instrumento contratual, todos os direitos patrimoniais (artigos 28 a 45 da lei 9.610/1998) relativos às propostas artísticas premiadas e seus respectivos resultados - obras intelectuais concretizadas ficarão cedidas à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul por tempo indeterminado.

7.2. Os direitos patrimoniais previstos no subitem 7.1. não impede, que o(s) autor(es) exerçam o direito de, ações como uso, reprodução, divulgação, ou outra utilização da obra/produto resultante deste concurso, excetuando-se a cessão à terceiros ou plágio;

7.3. A cessão de direitos patrimoniais prevista no subitem 7.1 não implicará em quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, financeiros ou de outra espécie, além daqueles previstos neste edital e no contrato assinado entre as partes;

7.4. Até a data prevista no subitem 7.4, atender convocação formal feita pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, para participar de eventos, a serem realizados em local apontado por aquela - município de Entre Rios do Sul, ficando o mesmo livre do pagamento de cachê artístico.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DA PREMIAÇÃO E DA FORMA DE DESEMBOLSO**

8.1. O valor total da premiação corresponde ao valor descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA** cujo montante é fixo e irrevogável durante todo o prazo de vigência do contrato e será concedido consoante etapas previstas no cronograma.

8.2. O prêmio é pago em ordem bancária ou conta corrente de qualquer banco, conforme indicação do premiado, não sendo aceitas contas-benefício, tais como Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras. Também não são aceitas contas conjuntas ou de terceiros, sendo os custos relativos à transferência bancária descontados do valor da premiação.

8.3. Os premiados como MEI ou Coletivos só poderão indicar conta corrente em nome da referida empresa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



8.4. No caso de não cumprimento de qualquer das etapas do Contrato Administrativo, o(a) CONTRATADO (A) fica inabilitado para receber o valor correspondente ao contrato, sem prejuízo de outras medidas aplicáveis.

### **CLÁUSULA NONA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL.**

9.1. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei 8.666/93;

9.2. A rescisão motivada por ato imputável ao (a) CONTRATADO (A), além das sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA, em sua gradação máxima, implica também no ressarcimento à Administração de todo valor já recebido nos termos do subitem 1.10, devidamente corrigido;

9.3. Em caso de rescisão do contrato com base no artigo 77 e 78 da lei 8666/93, o(a) CONTRATADO(A) reconhece os direitos da Administração Pública previstos na legislação vigente, em especial os descritos no art. 80 daquela lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. A inexecução, dentro do prazo estipulado, de qualquer obrigação contratual por parte do (a) CONTRATADO(A), bem como o atraso na entrega de cada um dos resultados mínimos esperados e designados no edital ou no presente contrato, impõe ao infrator MULTA MORATÓRIA, cujo montante varia de 2 a 15 % do valor do contrato e cuja variação obedecerá às seguintes regras:

I - Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato para cada ocorrência e para cada um dos produtos ou serviços entregues fora do prazo acordado para a primeira vistoria ou para a data de entrega do resultado, até o limite de 5 (cinco) dias;

II- Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato - em acréscimo ao valor da Multa Prevista no inciso I deste item, totalizando 7% (sete por cento) para cada ocorrência e para cada um dos produtos ou serviços entregues fora do prazo acordado para a primeira vistoria ou para a data de entrega do resultado, quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias e inferior ou igual a 10 (dez) dias;

III- Multa de 8% (oito por cento) do valor total do contrato - em acréscimo ao valor das Multas Previstas nos incisos I e II deste item, totalizando 15% (quinze por cento) para cada ocorrência e para cada um dos produtos ou serviços entregues fora do prazo acordado para a primeira vistoria ou para a data de entrega do resultado, quando o atraso for superior a 10 (dez) dias e inferior ou igual a 15 (quinze) dias;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



10.2. Quando a inexecução de qualquer obrigação, seja por desrespeito ao prazo ou à forma estipulados, resultar em imprestabilidade dela ou impossibilidade de sua repetição sem prejuízos à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul, será imposto ao (a) CONTRATADO(A), além da multa moratória descrita no item 10.1 em sua graduação máxima, MULTA PUNITIVA no montante de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, para cada ato de inexecução que resultar em imprestabilidade.

10.3. Independentemente do critério citado no subitem 9.3, a não execução de uma obrigação em até 15 (quinze) dias do prazo original para sua realização, imporá em reconhecimento da imprestabilidade daquela.

10.4. Quando a inexecução de obrigação motivar a rescisão do contrato nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA, além das multas acima citadas, será imposta ao (a) CONTRATADO(A) a pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois anos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Constituem parte integrante deste contrato, figurando com anexos, a eles se vinculando: o Edital nº 004/2023 - PRÊMIO LEI PAULO GUSTAVO DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA – 2023 e todos os documentos entregues pelo (a) CONTRATADO(A) quando da sua inscrição no certame.

11.2. As obrigações previstas neste contrato não excluem aquelas previstas no edital, que se somam ao presente contrato e às assumidas quando da apresentação de propostas artísticas no ato de inscrição do (a) CONTRATADO(A).

11.3. Se necessária, a atualização financeira será calculada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e os juros serão calculados à ordem de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês).

11.4. As obrigações financeiras imputáveis à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul decorrentes deste contrato só poderão ser realizadas dentro do exercício financeiro de sua assinatura.

11.5. Os casos omissos neste contrato e documentos que o integram, aplicam-se as demais legislações vigentes no que lhes for pertinente, em especial a lei 8666/93 e a lei 9610/1998.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



11.6. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento as partes elegem o foro da Comarca de São Valentim. E por estarem justos e contratados firmam o presente contrato em 01 (uma) via de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produzam os efeitos legais pretendidos.

Entre Rios do Sul, .../...../2023

**IRSON MILANI**  
PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO SUL

**PROPONENTE/CNPJ/CPF**

1ª TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_

2ª TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 8 – RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A):**

**TÍTULO DA ATIVIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL:**

**Com base nas disposições do EDITAL PRÊMIO LPG 2023/2024 registramos a execução das seguintes ações na forma de contrapartida:**

Entre Rios do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Representante do grupo**

**CPF/CNPJ**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL  
PODER EXECUTIVO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ANEXO 9 - AUTORIZAÇÃO EXPRESSA PARA COMUNICAÇÃO AO PÚBLICO**

**COLETIVO CULTURAL.....**

**CNPJ.....**

**REPRESENTADO POR .....**

**CPF.....**

**ENDEREÇO.....**

**AÇÕES DE CONTRAPARTIDA REFERENTES À OBTENÇÃO DO PRÊMIO LEI  
PAULO GUSTAVO 2023-2024**

A instituição acima identificada, através deste instrumento, expressa formalmente autorização ao Município de Entre Rios do Sul, CNPJ nº 87.613.428/0001-98, em caráter irrevogável e irretratável, para utilização de imagens, sons, vozes, registros visuais, citações, exibição de projeções, de qualquer formato multimídia em qualquer meio de difusão, em redes sociais de internet, e por qualquer outro meio, suporte, processo ou veículo existente ou que venha a ser desenvolvido, referente à todos momentos, passos, ações e execução das atividades referentes ao prêmio LPG, obtido através de edital que foi contemplada.

Entre Rios do Sul, /RS, .....de ..... de 2023.

**ASSINATURA DO(a) REPRESENTANTE DO COLETIVO CULTURAL**